



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER

PRESIDENTE: RUTE COSTA

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 22 DE FEVEREIRO DE 2017

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Tumulto

A SRA. PRESIDENTE (Rute Costa) - Boa tarde a todos. A título de informação, a nossa Comissão está um pouco atrasada, por problemas técnicos do Executivo, que ainda não se fez presente. Não podemos começar sem a sua presença. (Pausa longa)

Boa tarde a todos. Na qualidade de Presidente da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher, declaro abertos os trabalhos da 1ª audiência pública, do ano de 2017, convocada para hoje, dia 22 de fevereiro.

Esta audiência pública foi convocada para atender ao disposto no artigo 36, da Lei Federal Complementar 141/2012 e trata da prestação de contas das ações de execução orçamentária, da Secretaria Municipal da Saúde, referente ao terceiro quadrimestre de 2016.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.camara.sp.gov.br, link Auditórios On Line.

Convidamos para compor a mesa o sempre Senador Eduardo Suplicy e o nobre Vereador Toninho Vespoli.

Conosco está presente a Secretária Adjunta Dra. Maria da Glória e a Chefe de Gabinete Tânia Maria Pimentel Pedroso; do Tribunal de Contas o Dr. João Henrique Mota, Dr. Bruno Wallace Soares da Silva.

Quero deixar claro que esta Comissão tem um horário certo para ser terminada, portanto, nós preencheremos e todos os presentes poderão se inscrever para serem oradores. A palavra será, primeiramente, ao Secretário Municipal ou à Secretária Adjunta, no caso, para fazer a prestação de contas.

Tem a palavra a Dra. Glória.

A SRA. GLÓRIA – Boa tarde a todos. Eu estou aqui representando o Secretário, Dr. Wilson Pollara, que está em Brasília. Quem vai fazer a apresentação nossa é a Adelaide, que é da CFO, da Secretaria.

A SRA. ADELAIDE – Boa tarde a todos. Nós viemos aqui para fazer a apresentação do terceiro quadrimestre da prestação de contas referente à aplicação na saúde, em atendimento à Lei Federal 141/2012. Gostaríamos de lembrar que aqui vai ser uma

apresentação da parte orçamentária. A parte técnica de resultados foi desenvolvido um caderno e entregue no Conselho em dezembro de 2016 e nós temos até 30 de março para colocar no sistema SiteSUS essas informações. Então aqui nós não estaremos apresentando a parte orçamentária.

- A oradora passa a referir-se a imagens projetadas na tela de projeção.

A SRA. ADELAIDE – Aqui nós temos a composição da receita, que são as receitas de impostos, que a gente chama de cesta de impostos para aplicação na saúde, ela é base para saúde, para educação pela 141, ela se compõe de impostos, transferências. Nós tivemos aqui uma receita arrecadada de 33 bi, 7, contra uma previsão inicial de 34,4. Se a gente for analisar receitas de impostos, ela teve um crescimento no último quadrimestre, comparado com 2015. Essas informações, gente, constam de um caderno entregue aqui na Câmara, quem tiver acesso ao caderno eu posso ir falando as páginas que estão. Então a receita de impostos teve um acréscimo em relação a 2015, mas com relação às transferências constitucionais ela teve um decréscimo em torno de 17% comparado ao último quadrimestre de 2015.

Aqui com relação às despesas que compõe a aplicação da Lei 141/2012. O primeiro quadro de cima, temos a composição das despesas com a saúde, a dotação inicial, dotação atualizada, as despesas empenhadas em 2016 e as despesas liquidadas em 2016, sendo que nesse grupo nós temos despesas correntes que tiveram – eu vou trabalhar com a coluna da dotação atualizada, que é essa nossa análise no total; a partir de agora a gente passa a informar mais sobre a dotação atualizada – de despesas correntes, 10 bi, 037 – não vou o número completo - empenhado: 9 bilhões, 904 milhões; e, liquidadas, equivale a 98,67% da dotação atualização. E tivemos as despesas liquidadas, que significa material entregue e serviço prestado até 31 de dezembro. Foram 9 bilhões, 725 milhões liquidados, que equivale a 96,89% sobre as despesas empenhadas. E a diferença de 9 bilhões, 904 milhões para 9 bilhões, 725 milhões, se torna restos a pagar.

Temos pessoal em cargos. A composição dessas despesas correntes estão em pessoal e encargos sociais, que tivemos como dotação atualizada 2 bilhões, 870 milhões, e

tivemos como despesa empenhada 2 bilhões, 859 milhões; e, liquidadas, 2 bilhões, 855 milhões. O percentual de aplicação em relação à dotação atualizada foi de 99,6 para empenhada, e, liquidado, 99,4.

Tem encargos da dívida. Na saúde é simbólico, não tem execução. Outras despesas correntes, além das de pessoal, que é onde entra as despesas com contratos administrativos, contrato de gestão, manutenção, aquisição de material médico, medicamento, enfim, todas as demais despesas.

Foram 7 bilhões, 166 milhões de dotação atualizada; e 7 bilhões e 44 milhões empenhados, que significou 98,29%; e, liquidado, 6 bilhões, 870 milhões, que é 96% da empenhada.

Despesa de capital são as reformas, as construções, aquisição de equipamentos. A dotação atualizada é de 411 milhões, dos quais 266 milhões, 64,68%, foram empenhados, e 239 milhões foram liquidados, o que significa 58,12%.

Então o total das despesas da saúde é 10 bilhões, 449 milhões, dos quais 170 milhões foram empenhados, e 9 bilhões, 964 milhões foram liquidados.

O grupo de baixo desse quadro são as despesas que não são computadas, não compõem a aplicação na saúde conforme a exigência da lei. Mas são gastos na saúde. Esse quadro todo mostra o total que gastamos na saúde. Essas outras despesas significam despesa com assistência à saúde, que não atende ao princípio de acesso universal. Então, por exemplo, temos o HSPM, que, como é assistencial para os funcionários, nós temos que deduzir da aplicação da Lei 141. Outros recursos englobam os recursos que ingressam do federal, então recursos federais, recursos do estado, e eles também são deduzidos. Então, desse total, temos 2 bilhões, 683 milhões de dotação atualizada, das quais tivemos como despesas empenhadas 2 bilhões, 501 milhões, e as despesas liquidadas foram 2 bilhões, 413 milhões. A empenhada, sobre a dotação atualizada, é equivalente a 24,59%. Dentro da dotação atualizada, temos tudo previsto do recurso federal, inclusive investimento. Então o total das despesas que nós aplicamos para atender a lei 141, deduzindo esse segundo quadro de dotação atualizada, dá 7 bilhões, 765 milhões, dos quais 7 bilhões, 699 milhões foram empenhados; e 7 bilhões, 550 milhões foram liquidados. Isso equivale a 22,75% das receitas de impostos, o quanto foi aplicado, no ano de 2016, na saúde.

Próximo quadro, por favor.

Aqui a gente só está fazendo uma demonstração...

A SR. PRESIDENTE (Rute Costa) – Adelaide, só um minutinho

Ficam encerradas as inscrições para oradores.

A SRA. ADELAIDE – Esse quadro demonstra um resumo do que falamos até agora. A saúde, conforme a Lei Complementar 141, nós deixamos a série histórica, excluindo a autarquia, que não entram os gastos do Tesouro, que compõem dentro do HSPM, que é uma autarquia também, do Hospital do Servidor. Então esses recursos do Tesouro que estão lá alocados são deduzidos do total. Então temos uma série histórica de gastos de 2012 a 2016. Até 2015 é resultado já apurado em balanço. De 2016 é o empenhado, que foram 7 bilhões, 669 milhões. E abaixo a gente também demonstra o que está gerenciado diretamente dentro da saúde, dentro do sistema de orçamento que a gente fala que é o SOF – Sistema de Orçamento e Finanças –, excluindo encargos, porque as despesas de encargos dos servidores da saúde estão alocadas em outra Secretaria, compõem no de cima, mas o gerenciamento é da Secretaria de Finanças e Gestão. Então são 7 bilhões e 595 milhões dentro do gerenciamento direto da saúde.

A gente demonstra o cálculo de como chegamos a 22,75. Nós pegamos o gasto, o empenhado, 7 bilhões, 669 milhões, dividimos pela receita arrecada de impostos, que são 33 bilhões, 708 milhões de reais. Aí chegamos aos 22,75.

Próximo, por favor.

Aqui a gente faz uma demonstração da aplicação dos recursos, de 2012 a 2016, também mostrando a série histórica do crescimento da do índice de aplicação. Em 2014 já está o resultado de balanço; 2015 foi um pouquinho menos, que teve cancelamento de resto a pagar; e 2016 é empenhamento. Estamos trabalhando com valores nominais, ou seja, o valor da época, não tem atualização por índice, nada.

A gente sempre demonstra em cada apresentação a situação em que estão os restos a pagar. Nessa apresentação, ainda estamos trazendo restos a pagar de 2015, ou seja, despesas que ficaram para serem pagas financeiramente somente em 2015, orçamentária não afeta. De 2015 pago em 2016. E, na sequência, vamos mostrar o próximo quadro de 2016. Então, para demonstrar para vocês que, inicialmente, foi um saldo de 204,688 milhões de reais, dentro da Lei 144, sendo que houve cancelamentos. E dos cancelamentos nós temos os dados, se alguém quiser detalhes. Refere-se geralmente a investimento, a reformas e construções de UBS, UPAS, hospitais, que ficaram empenhados. E depois eles não conseguiram concluir até a época que estava inscrito em resto, então é cancelado. Mas

empenha no ano seguinte. Então hoje só temos um saldo de 58 mil reais para executar do resto a pagar, transferido da lei, que coincide também com o total de restos a pagar da Secretaria da Saúde.

Na próxima apresentação a situação vai mostrar quanto pagou, quanto cancelou e tudo mais. Então, 127 milhões é o que foi da lei e o total transferido foi 218 milhões, sendo 87 milhões dos recursos federais, 3 milhões e 700 do estadual, que deu o total de 218 milhões, sendo 127 milhões, 398 mil da aplicação da Lei 141.

Próximo, por favor. Aqui a gente demonstra para vocês como está distribuído o orçamento por órgão, quanto estava o orçado atualizado, empenhado e liquidado. A gente está fazendo uma demonstração, um histograma, dos dados que a gente já mencionou no quadro lá na frente.

Aqui a gente mostra o que é a administração direta. O que compõe a administração direta? O gabinete do Secretário, mais todas as coordenadorias, Covisa e Hospital Cachoeirinha são unidades orçamentárias que compõem essa administração direta.

Depois nós temos autarquia hospitalar, o HSPM e o total da saúde. Vou falar em grandes números aqui. Da administração direta, empenhamos 8bi, 459 milhões, 97,73% da dotação atualizada. Liquidamos 8bi, 283 milhões. Da autarquia, foram 1bi, 485 a dotação atualizada, sendo 1bi, 418 recursos empenhados, dos quais 1bi, 393 foram liquidados. HSPM, o orçamento atualizado em 31 de dezembro era de 309 milhões, dos quais 297 milhões foram empenhados e 288 milhões liquidados. O IE-zero que a gente chama de IEO, IE-zero não, desculpa, IEO, que é o Índice de Execução Orçamentária, que esse nome, esse padrão está já acordado com a Câmara há vários anos, ele é da autarquia 95,49 em cima da dotação atualizada e 93,82 em relação à liquidada. O da HSPM 96,14% da dotação atualizada e liquidada, 93,21%. Total da saúde: 10 bi, 449 foi a dotação atualizada até 31 de dezembro, das quais 10 bilhões, 174 milhões foram empenhados, que equivale a 97,37%, que é o Índice de Execução Orçamentária e liquidou 9bi, 964 milhões equivalentes a 95,36% do empenhado.

Próximo, por favor. Como disse, todos os valores nominais, esses dados são todos extraídos do Sistema Orçamentário e Financeiro, que é o Sofic, que é o sistema do Município de São Paulo.

Aqui a gente só faz uma demonstração, um consolidador de orçamento por fonte de recursos dizendo que o Tesouro compõe o recurso todo da saúde em 77,78%, 21,66 são dos recursos federais; recursos estaduais, 0,44%; e outras fontes, 0,13%.

Próximo, por favor. Aqui nós temos a execução orçamentária de 2012 a 2016 por fonte de recurso: Tesouro, União e Estado. E o total, o maior, o alaranjado é o total. Então, tem lá a série histórica desde 2012 para vocês perceberem em termos de valores nominais o crescimento da aplicação dos recursos na saúde. Então, em 2016, que a gente está focando, foram 8bi, 028 do Tesouro – isso aqui é receita total, desculpe, despesa total, não está só olhando a 141 – e dos recursos federais foram 2bi, 126; recursos estaduais, 20 milhões, equivalente toda a soma disso de 10 bilhões, 174 milhões de reais aplicados na saúde, empenhados na saúde ou aplicados na saúde em 2016.

Próximo. É uma outra forma de a gente apresentar também. Só aqui a gente separou por fonte, Tesouro, União e Estado, quando foi do Tesouro, aquela fórmula que a gente estava com o formato pizza, agora está no histograma, 7bi, 707 de dotação, sendo empenhado 7bi, 595, o da União 2bi, 263, era dotação atualizada, ou orçado, como vocês quiserem, e dessa dotação 2bi, 126 foram empenhados. Do Estado estava previsto ingressar 45 milhões, mas a execução foi em torno de 20 milhões que era o que tinha de ingresso para executar a previsão.

Próximo. Nós estamos demonstrando aqui a arrecadação dos recursos da saúde de outras fontes, federal, estadual e outras arrecadações a não ser. O que a gente está demonstrando nesse quadro? Que parece que não ficou muito visível, a primeira coluna é a descrição que eu mencionar para os senhores, a segunda é a arrecadação e a terceira é quanto estava previsto em 2016. Nessa primeira coluna, total de receitas, bloco de receita, a gente separa por bloco. Na União nós temos os blocos de atenção básica, alta e média complexidade, vigilância em saúde, assistência farmacêutica, gestão SUS, investimento e deixamos separado reforma dos quatro hospitais, que é um convênio que a gente já tinha aprovado na União, e outros convênios. Depois nós temos as ações do Estado, quanto ingressou do Estado, e aqui as demais receitas, outras receitas, da autarquia. Então é um pequeno grupo que para consolidar o valor nós tivemos que demonstrar também.

Então o total das receitas, vamos primeiro na primeira linha, foram arrecadados 2bi, 148 milhões, estavam previstos 2bi, 630 milhões. O total do federal, foi arrecadado 2bi, 074 milhões, estavam previstos 2bi, 538 milhões. Bloco de atenção básica, que aqui fica estratégia

da família, capacitação, 600 milhões, 125 mil foram arrecadados, dos quais tinha uma previsão de 546 milhões, foi um pouco mais do que está previsto.

Agora, com relação ao bloco de média e alta complexidade, que aqui entra o MAC, recursos para transferência SUS, que vamos falar um pouco mais para a frente, tivemos uma arrecadação de um bi, 314 milhões e tinha uma previsão de um bi, 519. O bloco de vigilância em saúde, que a gente aqui tem uma aqui que chama Covisa, que é voltado para Covisa, 76 milhões, 557 foi a arrecadação e tinha uma previsão de 62 milhões, 070. O bloco de assistência farmacêutica, onde a gente adquire aqueles medicamentos dentro daquela tabela que são específicos da assistência farmacêutica, ingressaram 69 milhões, 130 e tinha uma previsão de 59 milhões, 712. O bloco de gestão SUS, que são alguns projetos específicos da área da saúde, que ingressam aí Vintal, capacitação, esse bloco gestão ingressou 2bi, 885 e tinha uma previsão de 2bi, 025. Bloco de investimento, aqui os recursos que estavam negociados na União, bloco de investimento que são UBS e UPAS, mas teve só um crédito de 11 milhões de reais e tinha uma previsão de 282, que era o que estava faltando para ingressar nesse bloco de gestão dos projetos aprovados na União.

Agora do Estado. Foram arrecadados 17 milhões, 184, tinha uma previsão de 42 milhões, 670. E as outras, os blocos de receitas que envolvem autarquia e HSPM, arrecadou 56 milhões, 790 e tinha uma previsão de 49 milhões, 133.

Aqui, a gente faz uma demonstração de que a maior arrecadação vem da União, dos recursos federais, e é dentro do bloco de média e alta complexidade. Em segundo, atenção básica, e assim por diante os demais.

Assistência farmacêutica fica como o terceiro, assistência e vigilância estão próximos.

Próximo quadro, destacamos algumas receitas do bloco de alta e média complexidade. Não são todas, pegamos as mais representativas, para mostrar a série histórica. A RUE – Rede de Urgência e Emergência, tivemos uma série histórica com alguns projetos.

Em 2016, 127,5 milhões ingressou da rede de urgência e emergência. SAMU, 48 milhões, 730. Psicossocial e mental, 42 milhões, 733. Viver sem Limites, 38 milhões, 211. Rede Cegonha – um projeto novo, que começou a ingressar em 2014 -, em 2016, 15 milhões, 363.

Trouxemos um quadro que, dentro do sistema, se alguém for verificar os detalhes de cada relatório que juntamos aqui, de imediato vocês não conseguem puxar essa informação. Trouxemos uma linguagem para compreensão de todos. Esse quadro mostra o gerenciamento da saúde em alguns grandes blocos de despesas. Esses grupos foram classificados como pessoal da Administração Direta. Isso aqui é tudo gasto com pessoal, que inclui tanto pagamento de salários, vale transporte, vale alimentação, encargos. Tudo está composto nessa linha aqui.

Trouxemos a série história 2012 a 2016. Em 2016 foram empenhados 3 bilhões, 135 milhões de reais para pagamento de pessoal. Contrato de gestão e convênio, também em 2016, 4 bilhões e 98. Aqui dentro do contrato de gestão e convênio há também a parte da autarquia hospitalar, que são as AMAs hospitalares.

Contratos prestadores SUS. Aqui, aqueles prestadores que vocês têm demonstrado no caderno, as entidades que prestam serviço dentro da tabela SUS e recebem por isso. Ingressam no Município para ser repassado às entidades. Uma análise feita pela Gerência de Controle diz quanto cada um produziu e quanto temos de pagar, conforme o ingresso do recurso da União. Prestadores SUS, temos hoje em torno de 68 mais ou menos, que prestam serviços complementares, 764 milhões de reais gastos no ano passado. Outras despesas de contratos e custeio, 1 bilhão, 433 milhões. Essas outras despesas são todas as despesas com contratos administrativos, tanto da Administração Direta quanto a Indireta – as autarquias estão todas aqui dentro. Depois vamos mostrar mais detalhes.

Material médico hospitalar também é uma série histórica que vimos demonstrando há vários quadrimestres. Foram empenhados em 2016 257 milhões de reais de material médico hospitalar. O mais pesado aqui é a parte laboratorial, fraldas e tudo mais.

Medicamentos, 220 milhões de reais. Investimentos, foram empenhados 266 milhões de reais. Esse quadro, que totaliza 10 bilhões e 175, são todas despesas de 2016 da Secretaria de Saúde de todas as fontes.

Nesse quadro, a gente detalha o mesmo quadro lá, só que a gente separa Administração Direta, que nós explicamos que é o Gabinete, as Coordenadorias e o Hospital Cachoeirinha e Covisa. Então, também naqueles grandes grupos, nós tivemos 8 bilhões, 459 milhões dentro da Administração Direta, despesas empenhadas.

Dentro da Autarquia, tivemos 1 bilhão, 418 milhões; e, dentro do HSPM, 297 milhões, que totalizam os 10 bilhões e 174 mil.

Como eu disse, o pessoal da Direta, 2 bilhões, 286; da Autarquia Hospitalar Municipal, 634 milhões; do Hospital do Servidor, 215 milhões, que totalizam uns 3 bilhões, 135 milhões.

Contrato de gestão e convênios, dentro da Administração Direta, 3 bilhões e 851 milhões; Autarquia, com as AMAs Hospitalares, 247 milhões, que totalizam 4 bilhões e 98 milhões. Contratos de prestadores SUS, já mencionamos: 764 milhões. Outros contratos, dentro da Administração Direta – vigilância, limpeza, alimentação, locação de ambulância, locação de veículo, locação de imóveis de todas as Coordenadorias, como Covisa, e também de todas as fontes -, uns 953 milhões. Outros contratos de laboratórios, despesas de custeio dentro da Administração Direta, e dentro da Autarquia também esses grandes grupos de contratos de despesas administrativas ou de custeio: 418 milhões; e 62 milhões dentro do HSPM, que somam 1 bilhão e 433 milhões.

Materiais médicos hospitalares, dentro da Administração Direta, que são as licitações executadas no Gabinete e nas Coordenadorias: 155 milhões; dentro da Autarquia, 87 milhões; HSPM, 14 milhões, que totalizam 257 milhões.

Medicamentos. Temos 186 milhões pela Administração Direta; 30 milhões na Autarquia, para todos os hospitais vinculados; 5 milhões dentro do HSPM; 220 milhões, que é

aquele valor que eu havia mencionado anteriormente.

Investimento na Administração Direta, 264 milhões empenhados. Ali é uma questão do Excel: 266 milhões - são 264 milhões, novecentos e pouco -, que foram os recursos empenhados em investimento, que são os maiores, Hospital Parelheiros, Hospital Brasilândia, 13 UPAs, 15 UBS. É isso, mais ou menos, que compõe todo o quadro.

Os 10 bilhões, 174 milhões estão assim demonstrados por grupos.

Tem mais um, Dr. Cláudio? (Pausa) Aqui, vamos detalhar. Daqueles grandes grupos, separamos somente o material médico e medicamentos para detalhar.

Há uma série histórica, de 2012 a 2016, de material médico-hospitalar e de medicamentos. Em 2016, 257 milhões de material médico e 220 milhões de medicamentos, totalizando 478 milhões.

Aqui, abrimos a aquisição, as compras de material médico e medicamentos nesses grandes grupos, para mostrar de que fonte e quem comprou. No primeiro grupo, temos material médico e medicamento por fonte de recurso: Tesouro Federal, Estadual e outros, e por órgão, primeiro, Autarquia do Tesouro, 39 mil; HSPM, 11 milhões e 218 mil; Administração Direta, 98 milhões, 367, que totalizou 109 milhões, 624 do recurso do Tesouro para material médico.

Recurso federal. Autarquia, item um, 87 milhões 320 mil em material médico hospitalar; HSPM, 2 milhões 683 mil; Administração Direta, 50 milhões 739, que totalizaram 140 milhões 783. Estadual, outra fonte de recurso, só na Administração Direta, que entra, inclusive, fica vinculado no gabinete do Secretário, 6 milhões 307 mil. E outros, dentro do HSPM, outras receitas, 547 mil.

Então totalizam dentro da autarquia, 87 milhões 359 mil em material médico hospitalar; dentro do HSPM, 14 milhões 448; Administração Direta, 155 milhões 453, totalizando 257 milhões 261 mil.

Agora medicamentos. Tesouro, 31 mil dentro da autarquia; 2 milhões 809, do HSPM; 114 milhões 887 mil, totalizando 117 milhões 727 mil para medicamentos.

Recursos Federais, foram empenhados 29 milhões 850 mil dentro da autarquia; dentro do HSPM, 2 milhões 748 mil, com recurso federal; 70 milhões 793 mil, dentro da Administração Direta, totalizando 102 milhões 391 mil. Outros, 237 mil, dentro do HSPM.

Esses 477 mil 616, estão distribuídos assim: no total geral da autarquia entre material médico hospitalar dentro de todas as fontes e medicamentos, também dentro de todas as fontes, dá 117 milhões 241 mil.

Todas as fontes também para o HSPM, material médico e medicamentos, 19 milhões 242; Administração Direta totalizou 341 milhões 133 mil, para medicamento e material médico hospitalar, em todas as fontes.

Acho que encerramos. Muito obrigada pela atenção.

A SRA. PRESIDENTE (Rute Costa) – Encerrada a apresentação da Secretaria Municipal de Saúde, estamos convidando os Vereadores e demais membros da Mesa para fazer uso da palavra.

Tem a palavra a Vereadora Juliana Cardoso.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Boa tarde, nobres Vereadores e Vereadoras, Secretária Adjunta, público, conselheiros das unidades básicas de saúde, conselho municipal, sindicatos, pelo que tenho visto estão acompanhando esta audiência.

Antes de iniciar minhas perguntas quero agradecer a todos os Vereadores que ontem respeitaram este meu momento de luto suspendendo a sessão por causa do falecimento do meu avô. Então quero já agradecer aqui e vou falar no plenário que esse momento para a gente é sempre tão difícil, mas com os colegas, a colaboração e o carinho de todas as mensagens que recebi.

Falamos muitos nessas duas últimas reuniões da Comissão de Saúde sobre a tão esperada vinda do Secretário, inclusive, a questão do requerimento sobre a audiência pública falando da questão das farmácias, mas infelizmente o Secretário não veio e quem está presente é a Secretária Adjunta, Dra. Maria Glória, e equipe.

Vou tentar ser breve. Tenho 10 perguntas, primeira, a lei complementar 141/2012, determina que seja gasto pelos municípios, no mínimo, 15% da receita própria de Saúde e segundo o relatório de prestação de contas que foi entregue para nós, no ano de 2016, a cidade de São Paulo gastou, em média, 22,75% em Saúde. Quero saber, em que pese em minha opinião ficar prejudicado a vinda da Secretária Adjunta, porque na verdade quem põe em prática as ações ajuda, mas quem tem a palavra é o Secretário. Então quero saber se ela pode me dizer se a própria Secretaria ou o Secretário se compromete a gastar nos próximos anos, pelo menos, o mesmo percentual que a gestão do Prefeito Fernando Haddad realizou no ano de 2016.

O segundo questionamento, inclusive, acho que a Secretária não vai conseguir responder, mas deixo para encaminhamento da Secretária Adjunta para o Secretário. A Dra. Maria Glória, Secretária Adjunta, tem no seu histórico profissional vínculo com a Organização Santa Catarina. E, em 2016, recebeu 195 milhões de reais pela Secretaria Municipal de Saúde e lá, na minha região, onde acompanho mais próximo, acompanhamos a Cidade inteira, mas na zona Leste é onde tenho maior vínculo, principalmente com os conselhos. E foi nomeada a Coordenadora da Região Leste, Sra. Elza Santana Braga, que tem também histórico profissional recente vinculado com a Organização Santa Marcelina que, em 2016, recebeu 584 milhões de reais da Secretaria Municipal de Saúde.

Quero saber como vai ser essa relação, porque em minha opinião, há conflito de interesses, porque são gestores que estão nas organizações sociais e teriam que ser, em minha opinião, pessoas que não têm tanto vínculo com as organizações, inclusive, para poder fiscalizá-las e organizá-las melhor.

Terceira pergunta, com a implantação do Programa Remédio Fácil, qual será o destino das 574 farmácias da Unidade de Saúde do Município, e com mais de dois mil profissionais entre farmacêuticos e técnicos que trabalham na assistência farmacêutica. Digo isso porque estamos sem informação nenhuma, só ficamos com a informação de imprensa que

às vezes não publica o que de fato está acontecendo. E é uma coisa que estou bastante preocupada e tenho insistido muito com a Comissão para que se coloque isso em pauta.

Quarta pergunta, o Sr. Prefeito anunciou as empresas que fariam doações de medicamentos para a cidade de São Paulo e a minha pergunta é a seguinte: quais são as empresas que faziam esse tipo de doação. Pelo que ouvimos seriam 12 empresas, quais são elas.

Quinta pergunta, o orçamento de 2017 prevê para o gasto de assistência farmacêutica, 255 milhões de reais. No mês de janeiro de 2017 nada foi gasto, apenas 5,9 milhões foram empenhados nesse novo orçamento. Como se explica o desempenho orçamentário tão inexpressivo.

Sexta pergunta...

A SRA. PRESIDENTE (Rute Costa) – Desculpe cortar a palavra, não sei se vai ser possível a senhora fazer todas as perguntas.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Sim. É minha prerrogativa, Vereadora.

A SRA. PRESIDENTE (Rute Costa) – Tenho que também oferecer tempo para os demais Vereadores.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Sim. A gente consegue. Estou na sexta pergunta, já estou finalizando.

A SRA. PRESIDENTE (Rute Costa) – Ok. Então finaliza.

A SRA. JULIANA CARDOSO – O Programa Corujão de Saúde completou o seu primeiro mês em 10 de fevereiro e foi divulgada a marca de 141,3 mil exames realizados.

Gostaria de saber se poderiam dar maior transparência aos dados, porque a gente não consegue colocá-los pelo sistema ou informações, informando o quantitativo de cada tipo de exame e por estabelecimentos de Saúde que realizaram esses procedimentos.

Sétima pergunta: Quantas novas empresas que não prestavam o serviço SUS municipal foram contratadas pelo edital do Corujão? E qual foi a produção e o procedimento

desses novos contratos em janeiro?

Oitava pergunta: O centro de testagem de aconselhamento, o CTA, são serviços de saúde que realizam ações de diagnóstico e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. Nesse serviço, é possível se realizar o teste de HIV, sífilis e hepatites B e C gratuitamente. O atendimento, nesses centros, é inteiramente sigiloso e oferece a quem realiza o teste a possibilidade de ser acompanhado por uma equipe de profissionais de saúde, com orientação sobre o resultado final do exame, independente de ele ser positivo ou negativo. Quando os resultados são positivos, os CTAs são os responsáveis por encaminhar as pessoas para o tratamento dos serviços de referência. Na Cidade, são dez CTAs isolados. Dois deles foram fechados nessa semana, o CTA Santo Amaro e o CTA Ipê. Quais são as razões do fechamento desses dois equipamentos?

Com tanta carência na Saúde na cidade de São Paulo, eu gostaria de saber a prioridade da mudança do prédio da Secretaria de Saúde da Rua General Jardim e da Avenida Paulista, pagando 400 mil reais de aluguel mensal, fora os custos de mudança e adaptação do prédio, já que a gente está falando tanto em corte de orçamento. (Palmas)

Por último, existem os seus projetos de assistência de saúde para a cidade de São Paulo, a possibilidade do fechamento dos prontos-socorros em anexos aos hospitais municipais? A gente tem ouvido falar que vão fazer o fechamento. Se sim, quais sem os PSs que seriam fechados?

Muito obrigada pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Marta Costa) – Tem a palavra o Sr. Milton.

O SR. MILTON – Boa tarde a todos. Muito obrigado, Sra. Secretária pela presença. Na região Leste, nós temos um *déficit* muito grande na questão da saúde pública, leito hospitalar e há regiões onde há acima de 20 mil pessoas, e não há nem um equipamento para atender à população. Quais são os projetos e quantos hospitais ou equipamentos de saúde estão programados para essa região?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marta Costa) – A palavra continua aberta aos Vereadores.

O SR. TONINHO VESPOLI – Sra. Presidente, eu sou da Comissão de Educação.

Vai começar agora a minha reunião às 2 horas. Vou ter que sair. Eu fazer uma pergunta, mas meus assessores vão ficar aqui para pegar as respostas. Há duas coisas. Uma coisa que está sendo colocada muito na mídia é a questão dos remédios hoje e de um conveniamento inclusive, uma parceria entre os Governos Municipal e Estadual; e algumas empresas vão ter isenção de ICMS, de impostos, e algumas empresas vão doar remédios para a Prefeitura, mas está circulando que esses remédios estão com vencimento de curto prazo, e que inclusive essas empresas iam ter um custo para incinerar esses remédios. Então, a gente gostaria de saber se, no chamamento, ou a Secretaria está discutindo a validade desses remédios, o prazo de validade desses remédios e se isso realmente confirma o que está sendo divulgado pela mídia. Se for isso, eu não entendo se a empresa ia ter um custo inclusive para incinerar. Então, por que a gente teria de isentar alguma coisa de imposto ou pagar por isso, já que a gente está eliminando um custo para as empresas?

Outra coisa que eu acho que pega todas as administrações - eu estou aqui como Vereador, nas administrações passada e essa - é a questão de uma gestão democrática. Vários projetos ou programas que a secretaria vem colocando, pelo menos para a sociedade, geralmente são colocados na grande mídia, sem colocarem alguns fóruns de discussão, principalmente fóruns legitimados. A gente queria entender qual que vai ser a relação da Administração com esses fóruns. Não vamos realmente incentivar, cada vez mais, a ter uma administração democrática e participativa, ou as coisas vão ser assim? Sempre nós vamos saber pelo jornal? Inclusive, nesta Casa, muitas coisas, a gente, aqui na vereança, fica sabendo pelo jornal. Até hoje eu não recebi nada informado realmente se as farmácias vão sair das UBS e das AMAs e vão para as farmácias particulares. A gente fica sabendo as coisas pelos jornais e a gente tem que estar respondendo o eleitorado, sem aqui a Câmara Municipal

ter qualquer aviso ou discussão. Então, queria entender qual que vai ser a relação, até porque o Sr. Prefeito Doria falou que a relação com a Câmara Municipal ia ser boa, de vir aqui todo mês e discutir os programas do Governo, mas não é isso o que estamos vendo. O que nós estamos vendo, na verdade, são as coisas sendo jogadas pela mídia, e a gente sem saber direto o que vai acontecer. Então, queria entender também qual que vai ser essa relação tanto com a Câmara Municipal, mais especificamente da Secretaria, como também para a sociedade civil. Infelizmente o Secretário de Educação vai chegar à Comissão de Educação e que tenho que me retirar, para ir até lá.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marta Costa) – Tem a palavra a Sra. Sâmia Bomfim.

A SRA. SÂMIA BOMFIM – Boa tarde a todos. Sou Vereadora do PSOL, Eu queria aproveitar a oportunidade também para fazer algumas perguntas. Na verdade, o nosso mandato já enviou alguns requerimentos de informação para a Secretaria de Saúde, mas nós ainda não obtivemos a resposta de nenhum dos levantamentos que a gente fez, que são principalmente com relação ao tema do fechamento das farmácias populares, da instalação da rede de drogarias privadas e também várias outras questões relativas a UBSs etc. Eu queria endossar o pedido, para que todas as perguntas que a gente fez fossem respondidas, porque o nosso eleitorado, parte da população de São Paulo, precisa dessas respostas, e eu queria ler algumas delas, que eu tentei elencar talvez as que sejam mais urgentes e fundamentais, para que a gente possa dar publicidade para todas elas.

A primeira diz respeito a uma publicação do edital de chamamento público, 002/17, publicado nesta quinta-feira, na página 45 do *Diário Oficial da Cidade*, porque a atual gestão anunciou, no dia 08 de fevereiro, a parceria com 12 laboratórios farmacêuticos, que efetuarão a doação de 380 milhões de comprimidos. Em coletiva de imprensa, os Srs. Prefeito e o Secretário de Saúde afirmaram que não haveria contrapartida para essas doações, no entanto, na mesma coletiva, foi anunciada a isenção de ICMS para essas indústrias, por parte do

Governo Estadual. Então, a gente tem algumas perguntas para fazer com relação a isso. Primeiro, por que há benefícios tributários para esses doadores, tendo em vista que um dos princípios é que não haja nenhum tipo de contrapartida. Segundo, ainda no dia 08, foi citado o número de 12 empresas do ramo, que farão a doação, porém, em nenhum momento, foram reveladas quais são essas empresas parceiras e qual o critério para seleção e atração dessas empresas, levando em consideração que a Administração Pública está subordinada aos princípios de impessoalidade, legalidade e publicidade dos atos públicos?

Eu também gostaria de fazer algumas outras perguntas relativas a esse plano de distribuição, de remanejamento do papel das farmácias na cidade de São Paulo. A primeira é se a Prefeitura financiará o transporte, para que os usuários e moradores dos extremos da Cidade tenham acesso a essas drogarias da rede, pois não há drogarias das redes privadas em todos os locais da cidade de São Paulo. Muitas pessoas dependeriam de transporte para poder chegar, mas infelizmente elas não têm condição, inclusive por uma condição de saúde.

Eu também gostaria de saber como que vai se dar o atendimento à população em situação de rua, as transexuais, que atualmente já têm muita dificuldade, por exemplo, de conseguir, obter esses hormônios e se vai haver algum tipo de viés ideológico e de tratamento a todas elas. Também, do ponto de vista do tema dos direitos da saúde sexual e reprodutiva das mulheres, a gente sabe que várias redes que são ligadas a redes privadas, às vezes, têm algum viés ideológico e viés religioso, e não atendem as mulheres vítimas de violência ou não garantem a profilaxia, por exemplo, como parte do processo do direito ao abortamento legal, que é um tema que também passa por essas farmácias populares.

Eu gostaria de saber se esse direito garantido constitucionalmente inclusive vai estar agregado nesse novo processo de distribuição em farmacêuticas.

Por último, eu queria endossar, na verdade, um pedido que a nossa companheira Juliana Cardoso apresentou a duas comissões anteriores, que a gente faça uma audiência pública exclusiva sobre esse tema das farmácias. Eu acredito que há muitos farmacêuticos,

usuários e profissionais de saúde presentes aqui nesse espaço, justamente porque querem ouvir, por parte da Secretaria de Saúde, explicações com relação a esse tema. Eu acho que é muito importante que todos nós, Vereadores aqui da mesa nos comprometamos com a necessidade dessa audiência, porque, é, cada vez mais necessário, que a população se aproprie desses debates, e que não sejam feitas medidas autoritárias, e que a gente não cometa retrocessos, como, por exemplo, esse corte de 20,7% na área da Saúde. Isso vai significar um sofrimento gigantesco para a maioria da população, e eu acho que é papel da Prefeitura e pele dos Vereadores se preocuparem bastante com isso.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Marta Costa) – Tem a palavra o nobre Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LICY – Prezada Sra. Secretária Maria da Glória, eu tenho diversas perguntas sobre o SAMU, o CAPS e outras em acréscimo àquelas que já foram colocadas. Como se dará e qual será o destino dos profissionais readaptados hoje existentes e trabalhando no SAMU? A integração, no grupo de trabalho do serviço 192 e 193, tem a participação de servidores do SAMU; e por que os nomeados não são do SAMU? Por quais motivos os hospitais retêm maca do serviço SAMU? Quando retidas, a senhora pode explicar qual conduta que se estabelece às equipes do SAMU?

Olha a agenda de reuniões técnicas de trabalho do serviço e por qual motivo não se convidam os trabalhadores do SAMU? A senhora tem conhecimento de condutas de assédio moral e pressão psicológica de medidas sobre os trabalhadores do SAMU? Quais as mudanças reais realizadas nas unidades de referência, como PS, AMA, UPA e UBS e para onde o SAMU encaminhará seus pacientes, para que se tenha um número tão expressivo de ambulâncias? A senhora tem conhecimento que os AMAs só recebem pacientes após triagem nos prontos-socorros e que, nem sempre, há profissionais para que se realizem as mesmas? É importante ressaltar que, com as futuras adequações, o SAMU está mudando sua

característica e migrando, aos poucos, para um serviço de atendimento de casos exclusivamente clínicos, e a portaria é clara, quanto à natureza dos casos atendidos pelo SAMU. Está nítido que estão se baseando no decreto estadual 58931/2013(?), que diz as atribuições dos Bombeiros, de serviço municipal de urgência, sendo assim, desprezando o programa nacional de política de atenção às urgentes. Portanto, se poderia responder, com base em que fundamento? A senhora descaracteriza os serviços essenciais como o SAMU? Se tem conhecimento que Serviço Intermediário à Vida, SIV, é uma tendência real, com apoio do CFM e Cofen, que precisa valorizar e reconhecer sua eficácia? Poderia responder, mediante aos caos que se encontra a saúde pública do município, com falta de remédios, enfermeiros e técnicos de enfermagem, além de macas e cadeira de rodas? Que é a intenção em aumentar a demanda, via SAMU, se não há condições de receber, tratar e cuidar desses pacientes? Eu vou passar à Sra. Maria da Glória esse conjunto de perguntas.

Sobre os CAPS, eu recebi do conselho gestor da Saúde da unidade, CAPS 3, Adulto - Itaim Bibi, uma carta que eu vou pedir para que a senhora possa comentar. É uma carta enviada à Câmara dos Vereadores. A farmácia situada no CAPS 3 Adulto - Itaim Bibi é composta por uma farmacêutica e quatro técnicas de farmácia, que exercem, além das atividades específicas, compõem com o restante da equipe multidisciplinar, no acompanhamento terapêutico, na construção de projeto terapêutico singular dos usuários. O serviço de dispensação de medicamentos controlados que a farmácia do CAPS Itaim Bibi oferece é o de porta aberta, atendendo a pessoas que são da nossa UBS de referência e pessoas vinculadas a outros serviços de saúde, sendo esses públicos ou privados, além da assistência farmacêutica oferecida no ato da dispensação. No ambiente interno, as medicações são padronizadas em várias modalidades de dispensação, diários, semanais, quinzenais e mensais. A modalidade de suspensão adotada varia de paciente para paciente, de acordo com a necessidade de cada um. Para os usuários em regime de acompanhamento intensivo, diários e acolhimento noturno, as medicações são fornecidas de maneira assistida. Para que essas

peessoas possam ser atendidas nas quantidades e dosagens corretas, a farmácia realiza um processo de fracionamento das medicações, visando o seu uso racional e a segurança desses usuários. A equipe de farmácia também é responsável pela elaboração do processo para retirada de medicamento do componente especializado de alto custo, juntamente com os médicos da unidade. A equipe de farmácia também faz o controle, para que o prazo de renovação do processo não se perca. Outras atividades empenhadas pela equipe de farmácia são a elaboração do TID (?), referente a controle do talonário azul, usando para dispensação de medicamentos, benzo, diazepínicos, utilizados na unidade, controle de validades e reposição de medicamentos à caixa de emergência, recebimento, armazenamento e organização, controle de estoque e validade de medicamentos, quantificar e fazer relatórios de medicamentos dispensados pela unidade da origem das prescrições, a farmácia recebe da população medicamentos vencidos e dá um encaminhamento seguro e correto para o seu descarte pela empresa responsável. Portanto, a importância do trabalho realizado pela equipe farmacêutica, para o bom andamento da assistência e para a unidade do tratamento, são essenciais. No processo e mudança de gestão de Governo, no âmbito municipal, estamos passando pela falta de medicamentos, para a dispensação pública, o que vem ocasionando desabastecimento com conseqüente risco de descontinuidade dos tratamentos realizados no SUS. Tal situação tem gerado insegurança para a população em geral, principalmente para aqueles que dependem do SUS para a continuidade de seu tratamento. A imprensa tem veiculado notícias que apontam para uma proposta de privatização da dispensa de medicamentos e fechamento das farmácias associadas aos equipamentos de saúde, UBS, ambulatórios e CAPS.

Por tudo o que foi apresentado, consideramos necessário e reafirmamos a importância dos equipamentos de saúde e a necessidade de garantia dos princípios e direitos preconizados pelo SUS, conforme estabelece a Constituição de 88 e a lei 10.216.

Solicitamos também a normalização da dispensa dos medicamentos, manutenção

dos processos de licitação para os contratos públicos de manutenção e melhoria logística do sistema atual de dispensação e garantia dos contratos de trabalhos atuais.

Passo também às mãos de V.Exa. essa contribuição de servidores do CAPS. Também inúmeros servidores do SAMU aqui se encontram presentes.

NÃO IDENTIFICADA – Eu tenho uma pergunta, Sra. Presidente. Eu gostaria de saber por que a gestão passada gastou menos em remédios, comparando 2016 em relação a 2015. Concordo com V.Exa., Sra. Presidente. Vossa Excelência está correta

Em relação às perguntas, eu acho que todas as perguntas são pertinentes, mas, como hoje o foco é a prestação de contas, temos que nos ater a elas até mesmo por uma questão de tempo. Relembrando que as questões feitas aqui se remetem à gestão anterior, de total responsabilidade desses últimos quatro anos. Então, acho que se faz muito necessário saber o que aconteceu nos últimos quatro anos.

Essa é a minha pergunta. Muito obrigada, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rute Costa) – Mais algum Vereador quer se manifestar? (Pausa) Não? Então, vou abrir a palavra agora aos demais oradores, com a ressalva de que sejam breves, pois queremos ouvir a resposta às perguntas e a nossa reunião precisa acabar às 15h. Peço, portanto, a contribuição de todos.

Tem a palavra o Sr. Fábio Siqueira.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA- Boa tarde, ilustre parlamentares da cidade de São Paulo. Saúdo a Sra. Secretária Adjunta e lamento profundamente a ausência do Secretário titular, Dr. Wilson Pollara. Antigamente eram quatro reuniões por ano e agora são somente três e já na primeira o Secretário não vem. Acho que a Comissão tem que cobrar do Secretário sua presença, pois ele é o titular da Pasta e o responsável político-administrativo pela saúde em São Paulo. Já começamos muito mal com sua ausência.

Saúdo também os Conselheiros Municipais, os Conselheiros Gestores locais da questão da saúde. Não adianta ter 10 bilhões e continuar com gravíssimos problemas.

Minha primeira pergunta é a seguinte: a dotação 3368 refere-se às URSI – Unidades de Referência à Saúde do Idoso. Para a nossa tristeza, o Sr. Fernando Haddad, o Prefeito anterior, de 3,2 milhões de reais, em 2014, não executou nada. Em 2015, também nada. Em 2016, dos 1,4 milhão para as URSI, também não executou nada. Então, queria saber qual é a política pública para a saúde do idoso na gestão Doria e também manifestar a minha indignação por não existir no Governo Federal, assim como há a Rede SAMU, a Rede Urgência e Emergência e a Rede Cegonha, uma rede para idoso. Quer dizer, verba federal nunca vai chegar para a terceira idade na cidade de São Paulo. Gostaria que houvesse esse acordo com os governos federal, estadual e municipal para que exista uma rede voltada à saúde do idoso.

Quero também perguntar quais serão as próximas UPA, já que o Prefeito Haddad, das cinco UPAs prometidas, só entregou três.

Para encerrar, quero falar um pouco da questão da UBS, já que o Prefeito também não cumpriu a meta das 43 UBS. Quero perguntar para a Secretária, portanto, quais serão as próximas UBS entregues, sendo que a UBS Jardim Julieta espera há 14 anos pela inauguração na Vila Medeiros.

Era isso. Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Rute Costa) – Tem a palavra a Sra. Maria Helena Lima de Freitas.

A SRA. MARIA HELENA LIMA DE FREITAS – Sra. Presidente, eu sou do movimento ecumênico e em qualquer lugar onde estou, em qualquer um dos Poderes, eu represento a comunidade sofrida e só estou aqui hoje porque eles me ligaram e me pediram.

Em relação à prestação de contas, a Secretaria da Saúde apresentou a sua ontem no Conselho Municipal. Eu estava presente, participei e estou satisfeita com todas as respostas que deram. No entanto, estou agora aqui para falar com esta Casa, com os Vereadores, e isso tem fundamento. O Papa Francisco colocou o Monsenhor Viganò para fazer a reinvenção,

reconstrução, reformulação dos meios de comunicação do Vaticano. O Monsenhor falou a seguinte frase que ficou gravada para mim como princípio de vida: “Quem desvia recurso público está roubando dos pobres”. E o Papa Francisco ainda falou assim: “Falar só do mal anestesia a consciência”. Como o representante do povo tem tanto tempo para falar e tanto para ouvir, eu quero contar para a senhora o que a comunidade pediu. A comunidade pediu que a saúde vá além de tratamento e medicamento, porque o povo quer ser saudável. (Palmas)

O que eles estão precisando para garantir a saúde dos filhos é: transporte escolar, segurança para o filho ir para a escola enquanto eles trabalham; uniforme, uma questão de economia; material escolar, que dá apoio na instrução. As crianças não podem crescer e desenvolver sua inteligência sem o leite e o lanche, que cortaram no Município.

Já que os senhores, Vereadores desta Casa, têm a responsabilidade de preparar o quadriênio, qual é a proposta dos senhores para garantir orçamento e financiamento justos para o próximo quadriênio, considerando o humanismo cristão, já que 90% da população brasileira são de cristãos, considerando os direitos humanos e a dignidade humana?

Muito obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Rute Costa) – Tem a palavra o Sr. Deodato Rodrigues.

O SR. DEODATO RODRIGUES – Boa tarde, Vereadores. Sou da direção do Sindicato de Farmacêuticos e estou como conselheiro municipal da Saúde.

A falta de medicamentos é uma situação que afeta usuários e profissionais da rede há anos; não é de agora nem foi criada na gestão passada. No ano passado, a rede apresentou um aumento de 30% na média mensal de receitas atendidas no primeiro semestre do ano em comparação ao mesmo período de 2015, resultado da crise econômica e do aumento de consultas na rede. Para financiar a assistência, deve haver a participação das três esferas de governo. Há seis anos, o governo estadual não repassa cerca de 25 milhões por ano para custear os remédios da chamada cesta de medicamentos básicos, além de fechar

postos que forneciam tais insumos, como o Dose Certa e a farmácia do HC, em reforma desde 2014.

A Secretária pertence, assim como a anterior, cobrar do Estado sua participação nesse tema? Se sim, qual medida já adotou? (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Rute Costa) – Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL – Na gestão do Serra/Kassab, eles roubaram cerca de 10,350 bilhões da cidade de São Paulo. Dessa roubalheira, só da saúde foi 38%. O Geraldo Alckmin está roubando 165 bilhões, que chega a 40%. Sucatearam todo o sistema de saúde da cidade de São Paulo e nas demais cidades do Estado de São Paulo.

A SRA. ADRIANA RAMALHO – Pela ordem, Sra. Presidente.

O Geraldo Alckmin está roubando 165 bilhões, o que chega a 40%. Ele está sucateando todo o sistema de saúde da cidade de São Paulo e das demais cidades do Estado de São Paulo.

- Tumulto na plenária.

O SR. LAERTE BRASIL – Então, os profissionais da saúde com o sistema saúde sucateada, a saúde da sociedade paulistana, os profissionais da construção civil ficam sujeitos a estresse, mortes e acidentes de trabalho. Isso é um verdadeiro absurdo na cidade mais rica da América Latina.

Venho apresentar duas sugestões para esta comissão: ela deve conversar com o Prefeito e trazer um decreto para debater em audiências públicas em cada região; a outra sugestão é sobre a reforma previdenciária, pois estão com um projeto que vai retroceder há 400 anos, além disso, vai acabar com os direitos da classe trabalhadora, principalmente, quem é mais prejudicada. Então, eu queria pedir para esta comissão viabilizar um estudo para levar uma moção ao Presidente da República para ele tirar esse projeto.

Obrigado pela palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Rute Costa) – Vou pedir para o Sr. Estevão. Peço que ocupem somente o seu tempo para que todos possam se manifestar.

O SR. ESTEVÃO – Exma. Vereadora, quero encaminhar, rapidamente, meus dois questionamentos.

Só gostaria, antes, de expressar a minha preocupação com dois cenários: entendo o encaminhamento da Exma. Vereadora Adriana a respeito do entendimento da execução orçamentária do Governo anterior, mas esta Casa já tem maturidade para não ficarmos administrando expediente que já passou. (Palmas) Então, eu gostaria de ouvir da Exma. Sra. Secretária que, inclusive, tem formação na Faculdade de Saúde Pública, no qual me formo, pois também sou especialista em medicina de família e comunidade, membro do SEBs, uma instituição da reforma sanitária. Nenhum sistema de saúde no mundo optou pela outorga da distribuição indiscriminada de medicação pela rede privada (Palmas) e nenhum sistema de saúde optou por terceirizar a assistência farmacêutica a esses profissionais. Muito pelo contrário.

Se nós formos analisar sistemas de saúde de países como Inglaterra, Espanha, Holanda, Canadá, cada vez mais, o profissional de saúde farmacêutico é incluído na assistência. Dentro do sistema de saúde inglês, o profissional farmacêutico é responsável por fazer prescrições, por exemplo, para gripe comum, contracepção, porque é da alçada desse profissional e desonera o sistema.

Então, por que, neste momento, facilitar a privatização do sistema, quando, na verdade, a gente não tem uma política municipal de assistência farmacêutica e distribuição de medicamentos consolidada?

O meu segundo questionamento: não aparece nessa execução orçamentária também porque é uma política da atual gestão, mas, igualmente, em nenhum sistema universal de veridiano opta for fazer uma superação de filas de exames e veicular isso midiaticamente

como se fosse cuidado em saúde.

Se pegarmos o Nice, na Inglaterra, ou o sistema de saúde holandês, que é altamente privatizado, eles não fornecem números de exame como números de cuidado. Aliás, há uma preocupação crescente com o número de equipamentos de saúde que fazem exame e com a incorporação tecnológica.

Então, por que o Prefeito, mais uma vez, depredando toda a construção de SUS que nós tivemos, oferece a redução de uma fila, que é dinâmica, como se fosse cuidado em saúde.

São esses os meus encaminhamentos. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Rute Costa) – O Sr. Hugo. Se atenha ao tempo de um minuto e meio para garantir a fala de todos.

O SR. HUGO – Boa tarde a todas e todos.

Vou ser breve. Serão três perguntas: a primeira, relacionada ao relatório apresentado. O que, para mim, de novo, chamou muito a atenção foi a omissão do Governo do Estado de São Paulo no financiamento da saúde na cidade de São Paulo.

Quando acompanhamos os números do repasse do Governo Federal, Governo Estadual e da dotação orçamentária do Município, é muito discrepante aquilo que o Estado se compromete com o financiamento da saúde. Isso é gritante.

O que me chamou mais atenção é que de 2012 a 2016 esse número caiu pela metade, um número que já era irrisório. Estou me referindo aos 43 milhões de 2014 e aos 20 milhões na saúde. Isso é um absurdo.

Eu gostaria de saber o que a Secretaria pretende fazer em relação a isso e, também, a Comissão de Saúde da Câmara, porque é algo que vem de anos e anos, o descumprimento da obrigação do Governo do Estado no financiamento da saúde da cidade de São Paulo.

Esse é o primeiro ponto.

No segundo ponto, eu queria, novamente, ressaltar as questões que foram relacionadas à proposta de fechamento, privatização, das farmácias, da dispensação de medicamentos nas Unidades de Saúde e no AMA.

Estou aqui com um posicionamento tirado no Conselho de Saúde, Supervisão de Butantã. Eu gostaria de protocolá-lo na Comissão. Nele, nós nos colocamos contra o fechamento das farmácias e pela garantia de atenção integral à assistência farmacêutica nas Unidades de Saúde.

E, por fim, queria perguntar para a Secretaria e, também, para a Comissão, sobre o acompanhamento do relatório que foi apresentado pelo Tribunal de Contas do Município, relacionado às irregularidades do Corujão. Foram apontadas uma série de irregularidades relacionadas ao processo licitatório. Isso chama a atenção porque está relacionado à forma de atuação público-privado que esse Governo está sinalizando para a gente. Isso está tanto no Corujão quanto na proposta das farmácias. Certamente, essa nebulosidade relacionada à doação dos medicamentos, que, na verdade, não é doação, pois se tem isenção de impostos, talvez, nem seja o medicamento utilizado.

Estou encerrando, só para finalizar a questão.

Esse modo de governar que está sendo sinalizado pelo Governo, que é de privatização do sistema e de não garantia de transparência, é bastante preocupante e já vem sendo apontado pelo Tribunal de Contas. Já podemos entender que esse é o *modus operandi* também na questão das farmácias.

Enfim, para ressaltar a pergunta...

A SRA. PRESIDENTE (Rute Costa) – Peço para a gente se ater ao foco da prestação de contas do quadriênio. Precisamos conversar a respeito do foco. Vamos voltar a nossa visão para o que viemos fazer aqui.

O Sr. José da Guia pode se encaminhar.

O SR. HUGO – Certo.

Então, encerro a minha participação reiterando o questionamento relacionado à resposta dos apontamentos do Tribunal de Contas do Município (Palmas), e, também, um pedido para que esta Comissão faça uma audiência pública com a presença do Tribunal de Contas do Município para que a gente possa fazer esse acompanhamento. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Rute Costa) – Isso. Isso mesmo.

Sr. José da Guia, por favor.

Isso mesmo. Nós podemos, em tempo, depois fazer alguma coisa focalizada no que vocês querem saber. Mas, hoje, o alvo é a prestação de contas.

O SR. JOSÉ DA GUIA – Boa tarde a todos e todas.

Meu nome é José da Guia, do Movimento Popular de Saúde da região Sudeste.

Sra. Presidente, Sra. Secretária, Vereadoras e Vereadores, parece que a política dessa atual gestão é a privatização, como se ela fosse a solução para todos os problemas da cidade, entregando assim todos os equipamentos e deixando os equipamentos públicos de saúde. Realmente, é lamentável. Começa muito mal.

A minha pergunta, em primeiro lugar, reiterando as perguntas que já foram feitas aqui, é sabido que, na cidade de São Paulo, existem 574 unidades de farmácias que funcionam dentro das Unidades de Saúde. É sabido, também, que são em torno de 2 mil profissionais de saúde, dentre eles farmacêuticos, técnicos de farmácia e auxiliar administrativo.

Era para o Secretário a pergunta, mas ele não se encontra infelizmente.

O senhor poderia nos informar qual será o plano de remanejamento para esses profissionais? Onde serão alocados? Incluindo nessa conta também estão os funcionários das OS que não são concursados. Serão demitidos? Qual o percentual e número de profissionais das farmácias que são de OS? Parece que o número gira em torno de 80%, portanto, 1.500 profissionais. Essa é a minha pergunta. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Rute Costa) – A Sra. Gláucia, por favor. (Pausa) Peço que a Sra. Lourdes Estevão e os demais, os Srs. Raimundo, Leandro e Sérgio, já se locomovam

para ganharmos tempo.

A SRA. GLAÚCIA – Boa tarde.

Eu represento o SAMU São Paulo. E a nossa pergunta é: se nos últimos 4 anos a verba federal multiplicou, por qual motivo essa reestruturação e por que motivo as parcerias, se temos verbas suficiente para esse reenquadramento que foi proposto pelo governo atual?

A SRA. PRESIDENTE (Rute Costa) – Obrigada, Gláucia. (Pausa)

Você pode repetir a pergunta? Pois parece que não foi entendida.

A SRA. GLAÚCIA – Nós tivemos, nos últimos 4 anos, um aumento significativo – o dobro – da verba federal, que é implantada no SAMU São Paulo. Apesar disso, está havendo uma reestruturação, colocando os atuais profissionais do SAMU para serem designados em AMAs, UBSs, UPAs, as quais sabemos que não tem aporte para isso.

Eu gostaria de saber o que está acontecendo com essa verba que não está sendo implementada no serviço do SAMU.

A SRA. PRESIDENTE (Rute Costa) – Garantida a palavra da Sra. Lourdes Estevão.

A SRA. LOURDES ESTEVÃO – Boa tarde.

Vou direto ao assunto para iniciar.

A questão das farmácias e a questão da validade da medicação. É importante, e queremos saber, como é que a Prefeitura vai controlar a validade desses medicamentos? Esse lote de medicação, e estamos preocupados que seja medicação que tenha de 15 a 30 dias de vencimento. Então, o risco de estarmos medicando a nossa população com veneno, porque droga depois de passado o tempo vira veneno.

É uma questão que tem que ser colocada.

Quero aproveitar, sim, para falar do SAMU.

Nós temos uma discussão, e tem uma fala que está vindo, no sentido de que o SAMU vai ser terceirizado. Inclusive, há algumas organizações que estão se vinculando como

postulante desse serviço. Nós queremos saber.

E, também, não queremos que se militarize o SAMU da forma como está colocado.

(Palmas)

Também quero dizer o seguinte: aqui é o Sistema Único de Saúde. Uma das premissas do Sistema Único de Saúde é a participação. (Palmas) E participação não se faz com um minuto de fala. Nós temos direito de falar. Governo vai e governo fica, mas nós, trabalhadores e população, somos a mesma e queremos garantir, custe o que custar, a nossa participação nesse processo. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Rute Costa) – Garanto a palavra ao Sr. Raimundo Caetano.

O SR. RAIMUNDO CAETANO – Boa tarde a todos e todas.

Eu queria falar sobre os exames.

Lá na UBS onde sou usuário tinha, em janeiro, mais ou menos, 1.600 exames para serem realizados.

Com essa proposta do Corujão, agendaram 927, mas tem ainda 300 na fila e mais 650 que estão antes de agosto, que tem que voltar no médico outra vez, pra voltar pra fila novamente. Somando tudo, temos 1.600 em janeiro, e agora são 1.800 pessoas esperando por exame. E os exames agendados foram exames mais simples, como ultrassom pélvico, esse tipo de exame. As especialidades são difíceis de agendar. Gostaria de saber qual foi a taxa de abstenção dos exames realizados em janeiro de 2017 e qual a taxa de abstenção dos exames fora do horário...

- Manifestações concomitantes.

Deixe eu terminar. Estou terminando, depois você fala.

- Manifestações concomitantes.

Então a taxa de abstenção, com relação aos esses exames feitos as duas, uma hora da manhã.

A SRA. PRESIDENTE (Rute Costa) – Tem a palavra o Sr. Leandro de Oliveira.

O SR. LEANDRO DE OLIVEIRA – Antes de tudo, quero dizer que, como o tempo é curto, muito curto, gostaria que a Presidência da Comissão de Saúde e seus membros aprovelem uma audiência pública específica!

- Palmas.

O SR. LEANDRO DE OLIVEIRA – Especifica pra tratar de dois temas: farmácia e em seguida, SAMU, para que possamos aproveitar o nosso tempo, tanto da Mesa quanto da gestão e também das pessoas, com os que têm interesse em aprofundar a discussão. E não ser açodado por uma Mesa que está dizendo que o foco é Orçamento porque tudo isso que estamos falando tem a ver com Orçamento.

Pra fechar, quero lembrar a promessa do Prefeito Doria, que foi de 120 tantos itens de medicamentos, ele reduziu pra 20. Por que não pesquisou que deveria e dependeria do Governo Estadual pra poder fazer a tal da isenção, etc.? Perdeu então um tempo enorme, e se tivesse feito o debate, com democracia, com certeza não aconteceria isso.

- Palmas prolongadas.

A SRA. PRESIDENTE (Rute Costa) – Leandro, protocole o seu pedido, o seu requerimento na secretaria. Tem a palavra Sérgio Ricardo.

O SR. SÉRGIO RICARDO – Democracia nunca é demais.

Queria começar dizendo isso e reforçando o pedido do Leandro, dizendo que vamos sim protocolar esse pedido pra que tenha audiência pública porque aqui é o espaço das pessoas falarem, pras pessoas terem voz, direito, mesmo quando é pra falar do Orçamento. E um minuto e meio é muito pouco tempo. Aqui temos o direito de ser ouvido porque quem está sendo ouvida é a Rede Globo.

A Rede Globo foi na frente da Secretaria da Saúde fazer propaganda pra privatizar farmácia, é isso que ela foi fazer lá, ela não deu voz aos trabalhadores, não deu voz aos movimentos populares que lá estavam.

Aqui é a Casa do Povo, aqui temos direito de falar, de se posicionar. E obrigação, e eu quero cobrar: o Governo tem maioria pra dizer à sua bancada: aceite que a audiência pública seja feita quantas vezes forem necessárias. Não é a Globo que vai esclarecer porque aquilo é propaganda do Governo. É aqui que terá de prestar esclarecimentos, é aqui que deve ter prestação de contas pra população porque, no nosso entendimento, *botar* no setor privado é gastar mais, é gastar mal o dinheiro público, é desmontar um serviço que nós temos. A Rede Globo disse que o problema era os trabalhadores que perderiam seus empregos, mentira! Os movimentos populares da saúde estavam lá, os movimentos sociais estavam presentes e não foram ouvidos. Aqui nos queremos ser ouvidos!

Obrigado.

- Palmas.

A SRA. PRESIDENTE (Rute Costa) – Estou garantindo a palavra agora ao Sr. Édson Fiori.

O SR. ÉDSON FIORI – Boa tarde, Vereadora Presidente da Mesa e aos demais, à Secretaria da Saúde, a todos os presentes. Sou líder comunitário e conselheiro executivo do Jaçanã-Tremembé.

Pessoal, há três anos venho pedindo audiência pública não só com os nobres membros da Mesa, mas com os demais Vereadores, e tenho certeza que estão nos escutando porque o Hospital São Luiz Gonzaga vem tendo óbitos direto e reto. E não só no São Luiz Gonzaga, há problema no Hospital José Storopolli, em Ermelino, em vários hospitais municipais e em prontos-socorros.

O que ocorre? Simplesmente, a gente pede audiência e é negada. Como os companheiros falaram, um minuto e meio é pouco pra gente falar.

Estou pedindo à presidência da Mesa e aos Vereadores, e espero que outros Vereadores venham nos apoiar. Pedi o apoio da Vereadora Juliana Cardoso, ao Eduardo Suplicy, ao seu gabinete, fiquei contente, o Vereador estava presente. Fiz o pedido pra

assessora dele e ele veio, e a gente pede: audiência pública. Se não, a gente vai pra rua, na Paulista cobrar a saída do Sr. Prefeito João Doria porque no SUS não pode acontecer o que está acontecendo com ele. Falar é uma coisa, na hora de fazer é o difícil.

Pedimos audiência pública porque, eu vou falar, Secretária: se morrer mais uma pessoa no Hospital São Luiz Gonzaga ou no Pronto-Socorro Lauro Ribas, lá está havendo muito óbito, vou colocar isso no âmbito, nas costas do Prefeito João Doria e do Secretário.

Por que o que acontece? Simplesmente, na outra gestão, eu falei a mesma coisa, e vou falar nesta aqui: convido os 55 Vereadores e peço, mais uma vez, aos nobres Vereadores da Comissão – e em 2014 foi feita – peço de novo inspeção no São Luiz Gonzaga e nos outros hospitais. Há pessoas sendo internadas em poltronas enquanto tem o Pavilhão Armando Salles, que fica do lado da obstetrícia e do lado do Pronto-Socorro, há seis anos fechado, com dez quartos de dois leitos. Enquanto, do lado, as pessoas estão sendo internadas em poltronas, em macas, no chão. O pessoal do SAMU pode confirmar se algum deles já fez esse tipo de internação em macas, e tem um pavilhão fechado. A Coordenadoria Norte sabe disso, a Secretaria sabe isso, mas o que acontece? Eles têm lá mãozinha fechada com a Santa Casa e Prefeitura e nós, conselheiros, somos barrados. Nós, conselheiros, queremos simplesmente liberdade de expressão.

Peço ao Conselho Municipal que apoie os conselheiros de saúde porque a nossa fala é simplesmente tapada.

Muito obrigada.

- Palmas.

A SRA. PRESIDENTE (Rute Costa) – Muito obrigada a todos que aqui vieram, aos seus questionamentos. Com certeza, esta Comissão...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Rute Costa) – Desculpe, eu não posso garantir o seu pronunciamento. Teria que ter sido inscrita. Nós todos queremos ouvir a resposta da

Secretaria...

- Vários pedidos da palavra “pela ordem”.

A SRA. PRESIDENTE (Rute Costa) – Precisamos terminar a reunião em nove minutos, não posso garantir.

- Pedidos da palavra “pela ordem”.

A SRA. JULIANA CARDOSO – A gente não vai discutir aqui se ela pode ou não, já dava tempo dela falar, é uma pessoa só. Não são todos que vão falar...

A SRA. PRESIDENTE (Rute Costa) – Isto aqui é uma audiência pública e aí se a gente decidir que abre, teria de estar inscrita, mas aí vamos perder tempo o das respostas.

A SRA. JULIANA CARDOSO – É uma pena, Presidente, a senhora tomar essa posição!

- Falas concomitantes.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Rute Costa) – Dá o microfone pra ela, então. Vamos dar voz ao povo, dá o microfone pra ela!

(NÃO IDENTIFICADA) – Eu quero saber por que nós – trabalhadores e trabalhadoras, eu não falo de São Paulo não, falo do Brasil – que colocamos deputados e senadores da Saúde, por que a nossa Saúde está numa precariedade dessas? Por que está se reduzindo valores na nossa Saúde onde na nossa Constituição de 88 foi garantido acessibilidade, universalidade, integralidade? A gente vê, cada dia que passa, que está sendo tirado das nossas mãos, e há pessoas morrendo à míngua em hospitais porque não têm remédio, não tem exame, não tem médico, não tem nada!

Portanto, nós exigimos porque vocês estão ganhando salário, benefícios altos, as nossas custas são os seus salários, que seja revisto, que seja realmente dado o que é o nosso direito. É isso que eu quero: respostas!

- Palmas.

A SRA. PRESIDENTE (Rute Costa) – Ótimo. Tenho aqui uma reclamação de que algumas pessoas, o Nelson, ele está inscrito e não falou. Eu vou pedir, Nelson, por gentileza, a sua compreensão e a compreensão dos demais que tenham outras questões: por favor, que façam de maneira escrita.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Rute Costa) – Acho que todos querem respostas, então queremos saber das respostas. Acho que os demais que, infelizmente, tenham questões, por favor, encaminhem à secretaria.

Agora eu gostaria de ouvir a resposta da...

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Rute Costa) – Infelizmente, falhas existem. (Pausa)

Olha, assim como essa que não estava inscrita também falou, então quanto mais a gente discute, menos tempo temos pra ouvir as respostas. Por favor! (Pausa)

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Rute Costa) – Você pode fazer a sua fala por escrito.

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Rute Costa) – Já que quer fazer a sua pergunta, faça, mas sabendo que diminui o tempo das respostas. Vai lá, rapidamente.

O SR. NELSON FERREIRA – Primeiro, boa tarde a todos. Não é favor, é um direito que eu tenho, é direito adquirido dentro da dinâmica da reunião.

A SRA. PRESIDENTE (Rute Costa) – Seu direito está sendo respeitado.

O SR. NELSON FERREIRA – A questão das farmácias eu não vou mencionar, está mais do que clara.

Só me causou estranheza é que, diante da grandiosidade dos problemas, nenhum Vereador da Comissão de Saúde tenha pedido, tenha tido a iniciativa de pedir audiência pública. (Pausa) Se foi negado, creio que deveria dar o nome dos Vereadores que foram contra

pra que toda população saiba quem é contra a audiência, até para que essas discussões não sejam trazidas sem uma reunião específica nos fóruns, para a matéria ser mais bem discutida.

Desculpe, esqueci de me apresentar: sou da Supervisão do Conselho Gestor da Vila Maria.

Teve esse projeto, o Corujão da Saúde que privilegiou muito pouco a zona Norte, até em função dos hospitais em que disponibilizaram vagas para que esses exames fossem realizados. Qual é a estratégia da Secretaria pra suprir esse atendimento pra gente, lá da zona Norte? É pra dar continuidade ao Projeto porque praticamente não conseguimos ser contemplados porque não há hospitais disponibilizando nossas vagas.

Também quanto aos contratos dos imóveis que estão saindo de gestão, Secretaria, por gentileza, que as microrregiões fossem ocupadas por uma única organização social ou se for pela direta, que fosse toda pela direta. Porque essa diferente entre organização social em uma única região, isso acaba prejudicando um pouco a interlocução: uma é Santa Casa; outra é SPDM, dentre outras. Quando não há ótima interlocução acaba prejudicando muito, tem que locomover paciente de um PS pra um hospital, acaba ficando sem referência. Seria importante que cada microrregião fosse absorvida por uma única organização social ou total pela direta. Aí cabe, há várias discussões. Não tem como ter vários vínculos de funcionários, em uma única equipe de saúde funcionários com vários vínculos, que acaba dificultando serviço de excelência nas UBSs.

Basicamente, é isso: que os contratos respeitem que uma única UBS pela direta, que ocupe uma única região; e a questão do Corujão da Saúde, como é que vai fazer com a questão da zona Norte que, praticamente, não foi contemplada com esse projeto?

(Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Rute Costa) – Muito obrigada a todos que vieram aqui com as suas questões, que serão levados em consideração, isso é respeitar a voz do povo. Esta Comissão quer ouvir o povo, é pra isso que nós estamos aqui.

Vou fazer uma sugestão visto que são muitas questões, acho que temos de ter tempo pra discutir. Como agora às 15h começamos com a sessão plenária, precisamos todos imperativamente estar lá, gostaria de convidar os que aqui estão pra, na quarta-feira, dia 8 de março, que tomássemos todo tempo...

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Dia 8 de março muitas coisas acontecem na cidade, Presidente. Esse dia é...

A SRA. PRESIDENTE (Rute Costa) – Dia 8 é muito longe, é isso que estou entendendo?

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Rute Costa) – Vamos antecipar. Estamos vendo uma data pra antecipar. A Secretária pode se manifestar quanto ao dia que poderá estar aqui presente? (Pausa) Nós vamos marcar o melhor dia pra esta Comissão.

- Pausa.

A SRA. PRESIDENTE (Rute Costa) – Pela ordem, Vereadora Juliana.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Presidente, esta semana está terminando, na próxima será o Carnaval, dia 8 é um dia que prejudica demais porque há muitas coisas acontecendo na cidade. Então sugiro que podemos nos encontrar no próximo dia 10, sexta-feira.

A SRA. PRESIDENTE (Rute Costa) – Muito longe! Sugiro que seja amanhã.

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Rute Costa) – Infelizmente, a Secretária não vai estar.

Então vou acatar a sugestão da Vereadora Juliana, dia 10 de março. Esta presidência gostaria que fosse esta semana, mas já que não há possibilidade...

O SR. EDUARDO SUPLICY – Dia 10, a que horas?

A SRA. JULIANA CARDOSO – Até porque dia 10, se eles puderem estar, porque

daria tempo de conseguir trazer o próprio Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Rute Costa) – Posso sugerir melhor? Vou sugerir dia 9, quinta-feira, um dia depois da nossa reunião de Comissão, a gente pode também se organizar.

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Rute Costa) – Temos de encerrar imediatamente.

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Rute Costa) – Os Vereadores concordam com o dia 9 ou com o dia 10? (Pausa) Vereador Suplicy, dia 9, quinta-feira, às 13h, e esta Comissão encerra a reunião.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Estou em dúvida. Normalmente, é dia 8 o dia de a Câmara funcionar para as mulheres, mas estão me falando que é dia 9, que este ano mudou, é no dia 9.

A SRA. PRESIDENTE (Rute Costa) – Fica então para o próximo dia 9, às 13h.
(Pausa)

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Rute Costa) – Então vamos fazer na quarta-feira, dia 8, que é o dia da Comissão, vocês se fazem presentes e a gente pode fazer às 13h, nessa próxima quarta-feira.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Quem quiser ir na manifestação, às 15h, vai!

A SRA. PRESIDENTE (Rute Costa) – Fica encerrada esta reunião.

